

Mulheres em situação de violência: Autodeterminação como preditor de empoderamento psicológico.

Women in violence:
Self-determination as a predictor of psychological empowerment.

Sandra Aiache Menta¹

RESUMO

O objetivo desse artigo é apresentar uma análise do comportamento de mulheres em situação de violência e suas estratégias de empoderamento psicológico problematizando-a sob a perspectiva da Teoria de Autodeterminação.

PALAVRAS-CHAVE: Autodeterminação. Violência. Empoderamento Psicológico.

ABSTRACT

The objective of this paper is to present an analysis of the behavior of women in situations of violence and their strategies of psychological empowerment, problematizing it from the perspective of the Self-Determination.

KEYWORDS: Self-determination. Violence. Psychological Empowerment.

Introdução

A violência é um tema que se faz presente de forma constante nas teorias sociais, na política e nas relações humanas, não havendo, portanto, conhecimento de alguma sociedade onde esta não tenha ocorrido (Minayo, 2006). Assim, segundo Wieviorka (2006), o fenômeno da violência não pode ser encarado como um acontecimento a-histórico e destituído de subjetividade. Por meio deste prisma, torna-se possível a compreensão da complexidade das violências e de como as suas diferentes formas são ora toleradas e ora condenadas, de acordo com momentos históricos e diferentes circunstâncias (Minayo, 2005).

¹ Doutora em Psicologia Social pela Universidad Argentina UK, professora adjunta do Departamento de Terapia Ocupacional, Universidade Federal de Sergipe, SE, Brasil. email: sandramenta@gmail.com

A violência simbólica que, de acordo com Bourdieu (2001), é em parte gerada pelo poder simbólico, é um instrumento de integração social possibilitando e mantendo o consenso sobre o sentido no mundo. O autor acrescenta ainda que os símbolos são essenciais para o exercício da dominação, pois são instrumentos de legitimação ou de imposição da dominação de um grupo sobre os outros, contribuindo para a dominação dos dominados.

Somando-se isso ao fato de que uma das formas de violência que por mais tempo permaneceu tolerada foi a violência doméstica e familiar de homens contra as mulheres, a Organização das Nações Unidas - ONU afirma que este tipo de violência persiste em todos os países do mundo como uma violação contundente dos direitos humanos e como um dos fatores limitadores no impedimento da conquista da igualdade de gênero (ONU, 2006).

A Organização das Nações Unidas - ONU reconhece a violência contra as mulheres como um grave problema de saúde pública, visto que afeta profundamente a integridade física e a saúde mental das mesmas (Heise; Garcia-Moreno, 2002).

Diferentemente do que acontece com o homem, que em geral é agredido por estranhos ou simples conhecidos, quase sempre em espaços públicos, a situação da violência vivenciada pelas mulheres é radicalmente outra. A mulher sofre predominantemente a violência masculina dentro de casa, no que se configura como espaço privado, e seu agressor geralmente é (ou foi) a pessoa de seu convívio íntimo, em geral, um homem – namorado, marido companheiro ou amante.

Neste artigo, optou-se pelo conceito de violência contra as mulheres, baseado na Lei 11.340/06 – Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006) – que foi escolhido pela relevância no cenário de debates e ações sobre o tema no Brasil, sendo, deste modo, caracterizado como:

(...) qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial:...III - em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação (BRASIL, 2006, p. 1-2).

Apesar de esse tipo de violência geralmente acontecer no ambiente doméstico, sua compreensão não pode ser restrita a esse espaço físico, nem àqueles que compõem a instituição familiar. Contudo, é necessário compreender que essa violência ocorre em um contexto de relações de poder, e está calcada em uma ordem social e cultural sustentada por uma ideologia que busca legitimá-la.

De acordo com Heise (1994), mais da metade de todas as mulheres assassinadas no Brasil foram mortas por seus parceiros íntimos. Nessa direção, Schraiber et al. (2007a) aponta que parceiros ou ex-parceiros são os autores da violência em aproximadamente 70% das denúncias registradas nas Delegacias de Defesa da Mulher – DDM.

Essa é a razão pela qual não parece correto empregar a expressão “violência doméstica” para denominar a violência e o maltrato que sofrem as mulheres por parte de seus parceiros ou ex-parceiros visto que, “violência doméstica” pode fazer referência a qualquer tipo de violência produzida em um lugar e contra qualquer pessoa que vive nele (Corleto, 2010).

O termo Violência de Parceiro Íntimo (Intimate Partner Violence – IPV), tem sido utilizado para compreensão da abordagem de violência contra as mulheres em vários países e em muitas comunidades científicas (WHO, 2012). A IPV é tida como uma das formas mais comuns de violência contra as mulheres e inclui abuso físico, sexual, emocional e comportamentos de controle por um parceiro íntimo (WHO, 2012).

A violência contra mulheres tem suas origens na literatura no início dos anos 80, e só no final dessa mesma década ocorre a mudança teórica significativa do termo gênero, a partir dos estudos feministas, Grossi (2008), Santos;Oliveira (2010), Souza;Cornivo;Lopes (2013), Teixeira; Lopes; Gomes Junior (2019). A historiadora Joan Scott, apresenta algumas diferenças conceituais no âmbito da construção histórica do gênero enquanto categoria analítica, apontando-o como não dependentes do sexo enquanto constructo meramente biológico, de modo a compreendê-lo a partir da produção discursiva da representação masculino/ feminino ligada, portanto, à cultura.

Após diversas transformações conceituais, o termo gênero, passa a trazer no seu interior as dimensões envoltas nas relações de poder, fazendo críticas argumentadas e baseadas na ideia de assimetria e de hierarquia nas relações entre homens e mulheres.

Para conceituar ou determinar violência como violência de gênero, precede compreender as relações de dominação em que a mulher é a vítima da opressão masculina, com a imposição de suas regras de conduta, que pode apresentar nas mais variadas formas: violência física, psicológica, entre outras. Assim, o conceito de violência comum do elemento gênero, expressa uma relação de poder, de dominação do homem e de submissão da mulher.

Para Saffioti (2004) a violência de gênero não é só a expressão de uma relação de poder entre homem e mulher, mas, para além disso, configura-se como a expressão da manutenção de uma conformidade social, que vem sendo cristalizada ao longo da história. Assim, gênero tem sido um marcador amplamente utilizado na análise de comportamentos e práticas individuais e de grupos, embora, este tipo de uso exija, que também sejam consideradas as capacidades individuais de agenciamento da própria vida. Estas, mesmo que atravessadas pelas assimetrias de gênero, trazem a marca da singularidade dos sujeitos.

Tal questão estabeleceu o processo de construção da mulher como sujeito coletivo a partir da década de 1980. É nesse contexto que a mulher passou a perceber-se como sujeito de direitos e a categoria gênero ganharam dimensão e consolidação. Esse processo ocorreu com base em antecedentes históricos de opressão feminina mundial nos âmbitos econômicos, políticos, cultural e social.

Sob a influência, dos debates Norte-americanos e franceses, sobre a construção social do sexo e do gênero, uma das principais referências sobre os estudos de gênero no Brasil advém de Joahn Scott. Para Scott (1990) gênero passou a ser usado como categoria mais ampla para compreender as relações de poder e violência.

Assim, o termo “violência de gênero” passou a substituir o termo “violência contra as mulheres”, a partir do fim dos anos 80 (Santos, 1999; Piscitelli, 2002).

Inevitavelmente a discussão de gênero atualmente, adentra nas performances em que os sujeitos atualizam suas práticas cotidianas para serem reconhecidos como membros legítimos do gênero com a qual se identificam, uma vez que o uso do signo mulher, não expressa a multiplicidade e as descontinuidades das experiências feministas (Bento, 2006).

Conforme Saffioti (2004) o conceito de gênero incorpora a dimensão das relações de poder, contrapondo argumentos baseados meramente na ideia de assimetria e de hierarquia nas relações entre homens e mulheres, assim, não se pode compreender o fenômeno da violência como algo que acontece fora de uma relação de poder.

Empoderamento

Para começar a desmistificar a concepção de empoderamento, é necessário apreendê-la de maneira ampla, para então, compreender como e por quê estreitar o foco de empoderamento psicológico, permitindo assim a discussão deste frente ao contexto de mulheres em situação de violência.

Tomando o poder como eixo central do conceito de empoderamento, é preciso levar em consideração duas questões fundamentais: A primeira delas refere-se ao fato de que para tornar-se empoderado há a exigência de que o poder possa ser mutável.

O empoderamento é uma construção compartilhada por muitas disciplinas e arenas: comunidade de desenvolvimento, psicologia, educação, economia e estudos de movimentos e organizações sociais, entre outros. Um entendimento comum de empoderamento, no entanto, dependerá das pessoas específicas e do contexto envolvido. Assim, uma definição geral sugere que o empoderamento é um processo que promove a capacidade de implementar em pessoas e sua comunidade em seu entorno, atuando em questões que estas definem como importantes.(Wallis, 2010).

Sugere-se que componentes para a definição, são básicos para qualquer compreensão de empoderamento, de modo a ser entendido como multidimensional, na medida em que ocorre dentro de dimensões sociológicas, psicológicas, econômicas entre outros. O empoderamento também ocorre em vários níveis, como individual, grupal e comunitário, sendo por definição um processo social, uma vez que ocorre em relação a outro, e é um processo semelhante ao de um caminho ou percurso que se desenvolve.

Outros aspectos do empoderamento podem variar de acordo com o contexto específico e as pessoas envolvidas, mas estas permanecem constantes. Além disso, uma importante implicação dessa definição de empoderamento é que o indivíduo e a comunidade estão fundamentalmente ligados, pois, enquanto não se pode dar às pessoas o poder, propõe-se conhecer os recursos internos que as apoiam, para então desenvolvê-los. Assim, se vê o empoderamento como um processo multidimensional social que ajuda as pessoas a ganhar controle sobre suas próprias vidas.

A ênfase no empoderamento no nível individual de análise não deve ser traduzido numa compreensão que aponte para a negligência aos fatores sociopolíticos ou contextuais. O empoderamento psicológico não é simplesmente autopercepção de competência, mas inclui engajamento ativo na comunidade e uma compreensão do ambiente sociopolítico de cada um que também inclui aprender sobre agentes controladores e agir para influenciar esses agentes (Zimmerman et al, 1992).

Assim, o empoderamento psicológico não deve ser interpretado como individualismo, promoção de uma ideologia *versus* outra ou meramente um fenômeno intrapsíquico. Em vez disso, o empoderamento psicológico inclui crenças de que metas podem ser alcançadas, conscientização sobre recursos e fatores que dificultam ou melhoram os esforços para alcançar esses objetivos e esforços para cumprir as metas.

Do empoderamento a autodeterminação

Segundo Wehmeyer (1992), a autodeterminação representa um conjunto de comportamentos e habilidades que dotam a pessoa da capacidade de ser o agente causal em relação ao seu futuro, ou seja, de deter comportamentos intencionais. Dessa maneira, a Teoria de Autodeterminação (SDT) tem como objeto de estudo as condições do contexto social que facilitam a saúde psicológica, bem como apresenta como hipótese principal a noção de que o bem-estar psicológico pode ser alcançado a partir da autodeterminação (Ryan; Deci, 1987). Nesse sentido, um comportamento, para ser considerado autodeterminado, necessita estar acompanhado de quatro premissas básicas: ser autônomo, autorregulado, ser expressão de um empoderamento psicológico e resultar em autorrealização.

O conceito de **autonomia** é atrelado ao desejo ou vontade do organismo (ativo) em organizar e desempenhar suas atitudes, experiências, comportamentos e assim, integrá-los ao sentido do *self* (grifo meu). Nesta concepção as pessoas realizariam suas atividades por acreditarem que as fazem por vontade própria, pois acreditam na sua importância para si mesma.

White (1975) utilizou o termo **competência** para definir a capacidade do organismo de interagir satisfatoriamente com o meio em que está inserido. Para isto, faz-se necessário que os organismos aprendam e desenvolvam as capacidades exigidas por tal meio (grifo meu). Sendo assim, a experiência de dominar uma atividade desafiadora, aumentaria a competência do indivíduo, trazendo emoções positivas que de acordo com o autor seriam como sensações de eficácia.

Outra necessidade psicológica básica, além da autonomia e competência, é a necessidade de o organismo sentir que pertence ao meio em que está, ou seja, vinculado ao meio, o **pertencimento** (grifo meu). Esta é vista como um “pano de fundo” das necessidades básicas que determinam a motivação intrínseca, pelo fato de organismos intrinsecamente motivados realizarem suas atividades de forma isolada, independentes de fatores

externos. Porém, a necessidade de pertencer contribui com a sensação de segurança que possibilita o desenvolvimento inato das demais necessidades.

Para a da Teoria de Autodeterminação (SDT), o meio ambiente pode, através de processos regulatórios de motivação externa ou interna ao sujeito, condicionar necessidades intrínsecas e conseqüentemente o comportamento. Dessa maneira, essa teoria tem como objeto de estudo as condições do contexto social que facilitam a saúde psicológica, bem como apresenta como hipótese principal a noção de que o bem-estar psicológico pode ser alcançado a partir da autodeterminação (Ryan; Deci, 1987).

Na medida em que as necessidades são satisfeitas, as pessoas passam a desenvolver e funcionar de forma eficaz e experimentar um bem-estar, mas na medida em que eles são contrariados, as pessoas evidenciam provável mal-estar psicológico e social (Ryan; Deci, 2000a).

O contexto social pode apoiar ou contrariar as tendências naturais voltadas para engajamento ativo e crescimento psicológico, podendo também catalisar a falta de integração, defesa e cumprimento de precisar de substitutos.

Assim, é a dialética entre o organismo ativo e o contexto social que compõe a base para as previsões sobre o comportamento da SDT, que é considerada uma “macro teoria sobre a motivação humana” (Deci; Ryan, 1987, p. 182) preocupando-se com o desenvolvimento e funcionamento da personalidade em contextos sociais, e com as causas e as conseqüências do comportamento autodeterminado.

Esta teoria propõe que a motivação do sujeito não está diretamente relacionada com os fatores do envolvimento social, uma vez que a influência destes fatores é mediada pela satisfação de três “nutrientes fundamentais”: as necessidades psicológicas básicas inatas de autonomia (capacidade de regular as suas próprias ações), competência (capacidade de eficácia na interação com o envolvimento) e pertencimento (capacidade de procurar e desenvolver ligações e relações interpessoais) (Ryan; Deci, 2008, p. 189).

São estas necessidades psicológicas básicas que vão determinar a regulação do comportamento do sujeito, que assenta num *continuum*

motivacional e oscila entre formas menos e mais autodeterminadas (controladas *versus* autônomas). Quando as pessoas são autonomamente motivadas, elas vivenciam vontade (regem os seus comportamentos por decisão e vontade própria) ou sentimentos de auto aprovação das suas ações. Quando as pessoas são controladamente motivadas, elas vivenciam situações de pressão para pensar, sentir ou comportar-se de uma forma particular (regem os seus comportamentos por determinações externas).

Quer a motivação autônoma, quer a controlada, direcionam e influenciam o comportamento do sujeito, ao contrário do que sucede com a amotivação, que revela uma ausência de processo regulatório. E por que este fato é importante no contexto de mulheres em situação de violência? A resposta é apontada por Ryan e Deci (2008) ao afirmarem que a motivação intrínseca está entre os fatores mais importantes para a manutenção de um comportamento e as pessoas que regulam intrinsecamente a sua motivação, demonstram maior persistência, empenho, esforço e prazer nas atitudes e ações que realizam.

Macro Teoria da Autodeterminação – SDT

Em 1975, Deci organiza um livro intitulado “Intrinsic Motivation” onde debate os diferentes conceitos de motivação intrínseca e argumenta que as pessoas precisariam se sentir competentes e autodeterminadas, e então intrinsecamente motivadas. O autor ainda propõe o conceito de necessidades psicológicas básicas, que seriam os determinantes para a motivação intrínseca, contrariando o caráter quase exclusivamente fisiológico que não pressupõe o componente motivacional como satisfação das necessidades psicológicas básicas. (Deci, 1975).

Deste modo a Teoria da Autodeterminação é uma macro teoria, que tomamos como base teórica nesse artigo, com objetivo de compreender e identificar os fatores preditores de empoderamento psicológico de mulheres de permanecerem em situação de violência ou deixarem de viver em situação de violência. Considerando, portanto, as tendências naturais para o

crescimento do indivíduo, suas necessidades básicas e inatas que sendo satisfeitas o levam a uma motivação autônoma e a um desenvolvimento psicológico saudável.

A Teoria da Autodeterminação opera com quatro teorias menores, que vem colaborar com a identificação dos principais fatores de preditores de estratégias de empoderamento. A Teoria das Necessidades Básicas é uma das quatro teorias menores, que aponta as necessidades de autonomia, de competência e de pertencimento como três necessidades psicológicas essenciais para o desenvolvimento da motivação intrínseca. (Deci; Ryan, 2000; Deci; Ryan, 1991). Esta quando satisfeita promove sensação de bem estar e de um efetivo funcionamento do organismo. Nesta perspectiva teórica as três necessidades psicológicas inatas, subjacentes à motivação intrínseca, são consideradas essenciais para um ótimo desenvolvimento e saúde psicológica e, portanto, favorecendo os preditores do empoderamento psicológico.

Metodologia

O objetivo desse artigo foi analisar o comportamento de mulheres em situação de violência e estratégias de empoderamento psicológico e problematizando sob uma perspectiva e linha teórica da Teoria de Autodeterminação (SDT), em um município no interior de um estado na região Nordeste do Brasil. Desse modo, este estudo consiste em uma análise de natureza descritiva, acerca do processo de empoderamento psicológico de mulheres em situação de violência e autodeterminação.

O delineamento da pesquisa tem como finalidade gerar conhecimentos através de estudo transversal *ex-post facto* que é realizada após a ocorrência de alteração nas variáveis dependentes no curso natural dos acontecimentos, tal delineamento se justifica pela necessidade de verificar a existência de relações entre as variáveis, mesmo sem o controle das variáveis independentes, porque na *ex-post facto* não se tem o controle delas (Gil, 2008; Rudio, 2000), o que possibilita uma aproximação conceitual com o marco

teórico estabelecido, e que é analisado através dos fatos do ponto de vista empírico, para confrontar a visão teórica com os dados da realidade.

Os sujeitos desse estudo foram três grupos de mulheres: Grupo I o primeiro grupo de cinquenta mulheres que denunciaram situação de violência na Delegacia Especial de Atendimento a Grupos Vulneráveis (DEAGV) e que afirmam continuarem vivendo na mesma situação o segundo grupo; Grupo II composto de cinquenta mulheres que denunciaram situação de violência na DEAGV e que afirmam não continuarem vivendo na mesma situação e o; Grupo III composto de cinquenta mulheres que são usuárias das Unidades Básicas de Saúde (UBS), Centros de referência em assistência social (CRAS) e Centro de referência especializado de assistência social (CREAS) que afirmam viver em situação de violência, mas que não realizaram a denúncia na Delegacia.

Todas as mulheres residem em zona de vulnerabilidade social e são beneficiárias do Programa Bolsa Família ou outro benefício social do Município, Estado ou União.

O instrumento de pesquisa foi composto por três escalas utilizadas para delimitar as áreas de estudo da Teoria de Autodeterminação (SDT), que são: (1) Escalas de Competências Percebidas (PCS) – adaptada para a situação de violência, pela autora do artigo; (2) Escala de Autodeterminação (SDS) e (3) Escala de Necessidades Psicológicas Básicas (BPNS). As escalas foram desenvolvidas originalmente em inglês e, posteriormente, foi utilizado o processo de tradução para o português e retro tradução para o inglês, com adaptação da equivalência semântica, idiomática, experiencial e conceitual do instrumento.

Foram extraídos os resultados descritivos dos dados dos instrumentos, comparando os três grupos (dois grupos afirmam viver em situação atual de violência e um grupo afirma não viver em situação de violência), incluindo a análise fatorial das escalas utilizadas. As respostas foram colocadas em um banco de dados do software SPSS, (pacote estatístico para as ciências sociais)

(Pereira, 2003), e em seguida, foram realizadas análises estatísticas descritivas e análises de associação entre as variáveis².

Resultados e discussão

Iniciaremos o resultado com a Escala de Competência Percebida (PCS), essa escala é normalmente adaptada para ser específica para o comportamento em questão ou domínio e avalia o quanto as pessoas se percebem competentes a respeito deste comportamento particular ou domínio comportamental – neste caso, a situação de violência. Iniciaremos apresentando a análise dos resultados do Grupo I, Grupo II e Grupo III conforme a Tabela 1 abaixo:

Tabela 1: Média da Escala de Competência Percebida (PCS) por grupos

Média (DP)	Grupo I	Grupo II	Grupo III	p*
Idade	32,04 (8,02)	33,24 (10,23)	33,26 (9,96)	0,966
PCS	2,94 (1,57)a	5,31 (1,19)c	3,81 (1,48)b	0,000

*Teste de Kurskal-Wallis; a, b, c subgrupos distintos para o Teste de Mann-Whitney $p < .05$
Fonte: Amostra de pesquisa.

Grupo I

É possível dizer que o Grupo I se encontra numa situação desde a motivação extrínseca externa à extrínseca introjetada. Apesar de fazer a denúncia da violência vivida na delegacia, esse grupo composto por mulheres que afirmam estarem vivendo com seus parceiros, autores da violência denunciada, demonstram que o sentimento de competência percebida entre o grupo é bem mais baixo comparado com os outros dois grupos estudados. Segundo Ryan e Deci (2000b), em termos teóricos, este estado pode resultar do fato de o sujeito não valorizar (ou deixar de valorizar) a atitude, de não se

² Esta pesquisa foi aprovada na Plataforma Brasil, com o número do CAAE 12941413.8.0000.5546 e número do parecer: 239.683, em conformidade com a legislação vigente.

sentir (ou deixar de se sentir) competente na sua realização e nem acreditar (ou deixar de acreditar) nos seus resultados.

Sendo assim, o Grupo I, não acredita na sua competência de deixar de viver a situação de violência. A motivação entre a extrínseca externa e a extrínseca introjetada, explica-se por ter havido uma denúncia da violência, mas não o afastamento do autor da situação de violência. Assim, nesse campo, o sujeito realiza o comportamento para satisfazer exigências externas, ou seja, para obter recompensas ou evitar punições. É a forma mais controlada de regulação do comportamento (menos autodeterminada).

Segundo Ryan e Deci (2000c), a introjeção envolve a interiorização da regulação do comportamento, mas não é totalmente aceito como fazendo parte do próprio sujeito. Por isso, a motivação introjetada representa uma interiorização incompleta da regulação de um comportamento que era anteriormente externo, e a atitude ou ação é realizada apenas por pressões e contingências internas a evitar sentimentos negativos (Ryan; Deci, 2000a).

Grupo II

O Grupo II, formado por mulheres que denunciaram situação de violência na delegacia e afirmaram não continuar vivendo na mesma situação, pois não vivem mais com seus agressores, assim, apresentou uma competência percebida muito verdadeira, garantindo a percepção mais alta em relação aos dois outros grupos. Isso foi possível pela motivação extrínseca integrada, que é a forma mais interiorizada (autônoma) da motivação extrínseca. Além da existência de uma assimilação completa do comportamento no *self* (o sujeito integra o comportamento como fazendo parte de si mesmo), há um elevado grau de congruência com outros valores e necessidades do sujeito. Segundo Ryan e Deci (2000c), apesar dessa forma de regulação partilhar muitas das qualidades da motivação intrínseca, a regulação do comportamento é extrínseca porque a ação ainda é realizada pelo seu valor instrumental (no que diz respeito aos resultados), e não apenas pela satisfação que lhe está inerente.

Assim, o fato de denunciar a violência e manter-se nessa situação, reforça a motivação intrínseca que é denominada quando o sujeito realiza uma determinada ação pelo interesse e satisfação que lhe é inerente. É o nível mais elevado de autonomia e representa o protótipo do comportamento autodeterminado. Segundo Deci e Ryan; (2002, p. 143), a motivação intrínseca corresponde a tomar uma atitude “para o seu próprio bem”, por essa razão, “quando intrinsecamente motivadas, as pessoas realizam as ações pelos sentimentos positivos que resultam da sua própria realização” (Deci; Ryan, 1991, p. 265).

Grupo III

Quanto ao Grupo III, composto de mulheres que afirmam viver em situação de violência e não denunciaram seus agressores, o resultado aponta para um estado mais próximo da amotivação e a motivação extrínseca identificada. Assim, a amotivação é entendida como um estado de falta de intenção para agir; ou seja, o sujeito não realiza o comportamento, nem tem intenções de o fazer. A motivação extrínseca identificada reflete uma valorização consciente do comportamento de modo que a atitude é aceita como pessoalmente importante, ou seja, o sujeito identifica-se com o seu objetivo e valor.

A Teoria de Autodeterminação pautou-se, ainda, em uma visão de ser humano tanto heterodeterminado como autodeterminado, ou seja, influenciado pelas condições biológicas e socioculturais, porém capaz de modificar o contexto em que se insere (Deci; Ryan; Williams, 1996; Ryan; Brown, 2003; Deci; Ryan, 2002).

O próximo resultado apresentado refere-se à Escala de Autodeterminação (SDS), que foi desenhada para avaliar as diferenças individuais na medida em que as pessoas tendem a funcionar de forma autodeterminada. A descrição da escala considera um aspecto relativamente duradouro de personalidade das pessoas, reflete: (1) estar mais conscientes de

seus sentimentos e seu senso de si mesmo; (2) um sentimento de escolha no que diz respeito ao seu comportamento.

Se usadas de forma combinada em uma pontuação global, a SDS determina como funciona a autodeterminação das pessoas. Para este trabalho optou-se por trabalhar com resultados separadamente. Assim apresentamos os resultados da Tabela 2 dos três grupos, para continuidade da análise.

Tabela 2 - Média da Escala de Autodeterminação/Consciência de si mesmo e Escolha Percebida - SDS por grupos

Média (DP)	Grupo I	Grupo II	Grupo III	p*
Idade	32,04 (8,02)	33,24 (10,23)	33,26 (9,96)	0,966
Consciência a Si Mesmo	2,55 (0,96)a	3,70 (0,94)b	2,92 (1,23)a	0,000
Escolha Percebida	2,27 (0,93)a	3,62 (1,08)b	2,75 (1,33)a	0,000

*Teste de Kruskal-Wallis; a,b,c subgrupos distintos para o Teste de Mann-Whitney $p < 0,05$; Fonte: Amostra da pesquisa.

Grupo I

A subescala de Consciência de Si Mesmo apresentou com predominância as respostas A como verdadeiras: “Acho que raramente sou autêntico”; “Quando consigo algo, costumo achar que na verdade não fui eu que consegui”; “O meu corpo às vezes parece um estranho para mim”; “Às vezes olho para o espelho e vejo um (a) estranho (a)”.

Assim, o Grupo I apresentou uma menor integração entre as necessidades intrínsecas e a internalização dos regulamentos sociais, apontando uma percepção de falta de apoio em suas decisões.

Segundo Ryan e Deci (2007), a atitude ou ação é realizada pelos seus resultados (o comportamento é instrumental), mas também pela sua importância e valorização (o comportamento é auto aprovado – autônomo). Por isso, quando um sujeito toma uma atitude que por si só não lhe desperta interesse e segurança, mas mesmo assim é importante porque lhe ajuda a alcançar os objetivos pessoais, estamos perante uma regulação identificada do comportamento (Vallerand; Losier, 1999).

Baseado nos resultados do Grupo I, pode-se aferir que quanto à autonomia psicológica, o grau de satisfação experimentado em suas vidas é b em baixo, traduzindo em uma insatisfação dessa necessidade básica (Deci; Ryan, 2000).

Grupos II e III

Os Grupos II e III afirmam como verdadeiras as respostas B: “As minhas emoções sempre parecem pertencer a mim”; “Acho que sou sempre totalmente autêntico; “Quando consigo algo, sempre acho que fui eu que consegui”; “O meu corpo sempre parece meu”; “Quando olho para o espelho, me vejo”.

Tanto o Grupo II como o III apresentam resultados mais próximos de uma consonância com os conteúdos internalizados e integrados pela pessoa. Estes grupos apresentam uma forte predisposição em apoiar a motivação intrínseca, que resulta em uma posição mais duradoura na situação atual de vida.

A Escala de Necessidades Psicológicas Básicas – BPNS é uma família de escalas: uma referente à satisfação de necessidades em geral na vida de alguém; e outras, referentes à satisfação de necessidades em domínios específicos. Aqui trabalhamos com a escala original que contém 21 itens concernentes às três necessidades: competência, autonomia e pertencimento, e incluímos o domínio das relações interpessoais.

Tabela 3 - Média da Escala de Necessidades Psicológicas Básicas - BPNS por grupos

Média (DP)	Grupo I	Grupo II	Grupo III	p*
Idade	32,04 (8,02)	33,24 (10,23)	33,26 (9,96)	0,966
BPNS				
Afinidade	4,08 (1,10)a	5,45 (1,03)c	4,60 (1,58)b	0,000
Competência	2,95 (1,18)a	3,93 (0,73)b	3,80 (1,71)b	0,000
Autonomia	2,53 (0,83)a	4,10 (0,43)c	3,25 (1,16)b	0,000

*Teste de Kruskal-Wallis; a,b,c subgrupos distintos para o Teste de Mann-Whitney p<.05; Fonte: Amostra da pesquisa.

Grupo I

O Grupo I tem uma satisfação muito menos verdadeira em relação à afinidade. Quanto à competência, afirma que não está satisfeito, e quanto à necessidade psicológica básica de autonomia, afirma que não está satisfeito com sua autonomia. Ou seja, apresenta uma ausência nas três necessidades psicológicas básicas de relacionamento, somada a uma relação de vínculos sociais não satisfatória, levando a uma sensação e compreensão de não pertencimento no contexto social em que vive.

Segundo Deci e Ryan (1991), para que a necessidade de vínculo social seja atendida, a pessoa precisa perceber que há um real interesse do grupo em relação a ela e um genuíno apoio às dificuldades dela, de tal modo que um contexto social entendido como um ambiente facilitador ou apoiador caracteriza-se como ambiente suportável.

Os recursos retirados do ambiente podem facilitar ou apoiar a pessoa na tomada e manutenção de decisões em determinadas situações, proporcionando condições para negociação entre pessoas do grupo de pertença (Chatzisarantis et al., 2009; Assor; Roth; Deci, 2004; Williams et al. 2004).

Grupo II

O Grupo II tem uma satisfação muito verdadeira em relação à afinidade. Ou seja, apresenta uma boa satisfação em relação às necessidades psicológicas básicas de afinidade e satisfação em relação à competência e autonomia, com uma relação de vínculos sociais satisfatória, levando a uma sensação e compreensão de um bom pertencimento no contexto social em que vive.

De acordo com a Teoria da Autodeterminação, os fatores ambientais afetam a motivação intrínseca com os processos cognitivos, ou seja, os comportamentos serão influenciados pelo sistema social e contextual no qual estamos inseridos e vislumbra atender a três necessidades básicas: competência, autonomia e vínculo de relacionamento.

Grupo III

Quanto à satisfação com a afinidade, o Grupo III tem uma satisfação muito menos verdadeira em relação à afinidade e afirmam que a satisfação com sua competência é mais ou menos verdadeira. Porém, em relação à satisfação com sua autonomia, afirma ser algo pouco verdadeiro. Esse resultado pode explicar o fato de, mesmo afirmando viver em situação de violência, essas mulheres não entenderem como necessária a denúncia, como se ainda restasse uma habilidade, mesmo que pequena, de administrar seu cotidiano de violência; e, ainda, mesmo que seja necessário intervir diretamente nessa situação de forma suportável e insipiente, que envolve um movimento de ir em frente apesar da situação, mesmo que seja desfavorável.

A motivação é a força que mobiliza a pessoa a interagir no ambiente. Portanto, as necessidades básicas impulsionam a pessoa, pela motivação, para ação no contexto em que vive. Segundo Ryan (1993), a motivação é um impulso que vem de dentro e que tem, portanto, suas fontes de energia no interior de cada pessoa.

Reforçando o que alguns autores afirmam, a influência da Lei que apoia a denúncia por si só não impede erradicação da violência, mas muitas vezes coloca a mulher em uma situação em que a violência diminui no que diz respeito a intensidade e frequência, sendo necessário mais do que a denúncia, uma ação concreta de mudança de vida dessas mulheres (Nagasava, 2012; Beiras et al, 2012)

Considerações finais

O medo de denunciar o agressor torna-se uma barreira para muitas mulheres independente de seu nível social. A fragilidade emocional dificulta essa decisão e o medo de sofrer represálias do agressor influencia na decisão de não romper com o cotidiano castrador, com a manipulação do agressor. O medo gera submissão a um ciclo de violência, muitas vezes pela insegurança econômica e outras muitas pela falta de apoio social.

Não pode ser desconsiderado o fato do não encaminhamento jurídico que revela, em alguns casos, mulheres que não desejam penalizar os seus maridos ou companheiros, com medo de que sejam presos. O afastamento do autor da violência ainda é a medida de proteção imediata de mulheres que estão em situação vulnerável, pois, a permanência de convívio após a denúncia não modifica a situação de violência salvo se a relação tenha sofrido uma mudança substancial. A denúncia não caracteriza uma ação concreta de mudança de vida dessas mulheres, pois não impede erradicação da violência vivida.

A ameaça à vida aguça nas mulheres um profundo desejo de romper as correntes do círculo vicioso da violência sofrida, de se libertarem de seu agressor e, portanto, de saírem do estado de inércia. É necessário, portanto, encorajá-las a fazer escolhas sobre como se comportar, proporcionando-lhes a informação do que necessitam para fazer as escolhas, e respeitando as escolhas que fazem são fatores básicos para o empoderamento psicológico.

Quando essas mulheres reaprendem a ver o mundo apesar da violência vivida, e tomam a decisão de denunciar a violência sofrida, passam para a atitude de se enxergar na situação e perceber uma mudança possível do estado de inércia e submissão à agressão vivida, portanto, o apoio social das relações sociais e sentimento de pertencimento passam a ser decisivos na manutenção da mudança de comportamento.

O apoio da família e/ou amigos configura-se como um marco essencial na denúncia ao agressor, e a assistência profissional imediata a essa atitude representa o apoio para a permanência e manutenção do comportamento. Assim, as necessidades de competência, autonomia e pertencimento dessas mulheres vão definir o futuro de seu comportamento diante da violência sofrida.

Conforme os resultados encontrados, conclui-se que quando as mulheres não acreditam na sua competência, não deixam de viver na situação de violência, mesmo denunciando seu agressor, e não procuram os serviços especializados para apoio na manutenção do comportamento, pois tendem a uma menor integração entre as necessidades intrínsecas e a internalização

dos regulamentos sociais, levando a uma percepção de falta de apoio em suas decisões.

Vale ressaltar que o ser humano busca equilibrar seus comportamentos de acordo com suas crenças e valores. Assim a dissonância cognitiva explica, em parte o que ocorre nesse sentido, pois mesmo denunciando a violência sofrida as mulheres do Grupo I continuam vivendo com os autores da violência, a escolha de mesmo no conflito a equilibrar cognições entre si e ações de permanecer na situação atual. O nome dissonância cognitiva foi apresentado por Festinger (1975), e refere-se à contradição entre a maneira como o indivíduo se comporta e a maneira como ele pensa, ou seja, é o resultado emocional proveniente de uma ação em que duas crenças distintas se chocam. Ao reduzir a importância dos fatos, as mulheres tendem a adequar a realidade com uma crença. A máxima dos determinantes culturais como valores que variam, mas que ainda estão fortemente estruturados na sociedade atual, prevalece com a naturalização da violência presenciada por outras mulheres próximas do convívio.

Assim, a Teoria de Autodeterminação pode ser capaz de nortear as condições de empoderamento psicológico de mulheres em situação de violência de parceiros íntimos com fortes demonstrações de explicações que expõem a predisposição de mulheres em superar a violência sofrida.

Dessa forma surge um caminho para as Políticas Públicas Sociais e de Saúde, especificamente no campo de assistência a essas mulheres, com possíveis adequações de ações para o empoderamento psicológico.

Referências

ASSOR, A.; ROTH, G.; DECI, E. L. *The emotional costs of parents' conditional regard: a self-determination theory analysis. Journal of Personality*, v.72,n.1, p. 47-88, 2004.

BEIRAS, A., MORAES, M., ALENCAR-RODRIGUES, R, e CANTERA, L. M. *Políticas e leis sobre violência de gênero – reflexões críticas. Psicologia & Sociedade*; 24 (1), 36-45, 2012.

BENTO, B. *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006, 256p.

FESTINGER, Leon. *Teoria da Dissonância Cognitiva*. Trad. Eduardo Almeida. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

BOURDIEU, P. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand. Brasil, 2001, 107.

BRASIL, Presidência da República. Casa Civil - *Lei nº 11.340, de 7 de agosto de Brasília - Lei Maria da Penha*. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm>. Acesso em: 30 set. 2018.

CHATZISARANTIS, N. L. D.; HAGGER, M. S.; WANG, C. K. J.; THOGERSEN-NTOUMANI, C. *The effects of social identity and perceived autonomy support on health behaviour within the Theory of Planned Behavior*. *Current Psychology*. v. 28, n. 1, p 55–68, 2009

CORLETO, JULIETA DI. *Justicia, gênero y violència*. 1ª Ed. Buenos Aires. Libreria, 2010.

DECI, E. L. *Intrinsic motivation*. New York: Plenum, 1975.

DECI, E. L.; RYAN, R. M. *Intrinsic motivation and self-determination in human behavior*. New York: Plenum, 1985.

DECI, E. L.; RYAN, R. M.. *A motivation approach to self: integration in personality*. In: DIENSTBIER, R. (Org.). *Nebraska symposium on motivation: perspectives on motivation*. Lincoln: University of Nebraska Press, 1991, p. 237-288.

DECI, E. L.; RYAN, R. M.; WILLIAMS, G. C. *Need satisfaction and the self-regulation of learning*. *Learning e Individual Differences*, v.8, n. 3, p. 165-184, 1996.

DECI, E. L.; RYAN, R. M. *The “what” and “why” of goal pursuits: human needs and the self-determination of behavior*. *Psychological Inquiry*, v.11, n. 4, p. 227–268, 2000.

DECI, E. L.; RYAN, R. M. *The handbook of self-determination Research*. Rochester: University of Rochester Press, 2002.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GROSSI MP. *Violência, gênero e sofrimento*. In: Rifiotis T, Rodrigues TH, organizadores. *Educação e direitos humanos: discursos críticos e temas contemporâneos*. Florianópolis: Editora da UFSC; 2008.

HEISE, L. *Violence against women: the hidden health burden*. In: HEISE, L. *World health statistics quarterly*. Washington, DC: World Bank. 1994, p. 78-95.

HEISE, L.; GARCIA-MORENO, C. *Violence by intimate partners*. In: KRUG, E.G. ; DAHLBERG, L. L. ; MERCY, J. A. ; ZWI, A. B. ; LOZANO, R. *World report on violence and health* . Geneva: World Health Organization. 2002, p. 87-121..

MINAYO, M. C. S. *Violência: um problema para a saúde dos brasileiros*. In: BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. *Impacto da violência na saúde dos brasileiros*. Brasília, DF, 2005, p. 9-42.

MINAYO, M. C. S. *Violência e Saúde*. Editora Fiocruz – Coleção Temas em Saúde: Rio de Janeiro, 2006.

NAGASAVA, H. R. C. *Gênero e Violência contra a mulher*. 2012. 45f. Monografia (Graduação em 2012). Curso de Psicologia da UniCEUB, Brasília, 2012.

ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Ending violence against women: from words to action*. 2006. Disponível em: <<http://www.un.org/womenwatch/daw/vaw/>>. Acesso em: 3 set. 2012.

PEREIRA, A. *Guia Prático de Utilização do SPSS. Análise de dados para Ciências Sociais e Psicologia*. 4ª ed. Edições Silabo:Lisboa. 2003.

PISCITELLI, A. *Re-criando a (categoria) mulher?* In: ALGRANTI, L. M. (Org). *A Prática feminista e o conceito de Gênero*. Textos Didáticos, n.48. Campinas: IFCH/UNICAMP, 2002, p. 7-42.

RUDIO, F. V. *Introdução ao projeto de pesquisa científica*. Petrópolis: Vozes, 2000.

RYAN, R.M. *Agency and organization: intrinsic motivation, autonomy and the self in psychological development*. In: JACOBS, J. (org.). *Nebraska Symposium on Motivation*.v. 40, Lincon: University of Nebraska Press, 1993, p.1-56.

RYAN, R. M.; BROWN, K. W. *Why we don't need self-esteem: Basic needs, mindfulness, and the authentic self*. *Psychological Inquiry*, v.14, n.1, p.71-76, 2003.

RYAN, R. M.; DECI, E. L. *Active Human Nature: Self-Determination Theory and the Promotion and Maintenance of Sport, Exercise, and Health*. In: HAGGER, M. S.; N. L. D. CHATZISARANTIS (Org), *Intrinsic Motivation and Self-Determination in Exercise and Sport* Leeds: Human Kinetics Europe Ltd. 2007, p. 1-19.

- RYAN, R. M.; DECI, E. L. *The support of autonomy and the control of behavior*. Journal of Personality and Social Psychology, v. 53, n.6, p.1024-1037, 1987.
- RYAN, R. M.; DECI, E. L.. *The darker and brighter sides of human existence: basic psychological needs as a unifying concept*. Psychological Inquiry, v. 11 n. 4, p. 319-338, 2000a.
- RYAN, R. M.; DECI, E. L. *Intrinsic and extrinsic motivations: classic definitions and new directions*. Contemp Educ Psychol, v. 25, n. 1,p. 54-67, 2000b.
- RYAN, R. M.; DECI, E. L. *Self-determination theory and the facilitation of intrinsic motivation, social development, and well-being*. American Psychologist, v. 55, n.1, p. 68-78, 2000c.
- RYAN, R. M.; DECI, E. L.. *A self-determination theory approach to psychotherapy: the motivational basis for effective change*. Canadian Psychology, v. 49, n. 3, p. 186-193, 2008.
- SAFFIOTI, H. I. B. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.
- SANTOS, M. C. M. *Cidadania de Gênero Contraditória: queixas, crimes e direitos na Delegacia da Mulher*. In: AMARAL JÚNIOR, A.; PERRONE-MOISÉS, C. (Org). *O Cinquentenário da Declaração Universal dos Direitos do Homem*. São Paulo: EDUSP, 1999.
- SANTOS, S. M. M.; OLIVEIRA, L. *Igualdade nas relações de gênero na sociedade do capital: limites, contradições e avanços*. Rev. Katál. Florianópolis v. 13 n. 1 p. 11-19 jan./jun. 2010.
- SOUZA, E. M.; CORVINO, M. M.F. & LOPES, B. C. *Uma Análise dos Estudos sobre o Feminino e as Mulheres na Área de Administração: a Produção Científica Brasileira entre 2000 a 2010*. O&S - Salvador, v.20 - n.67, p. 603-621 - Novembro/Dezembro – 2013.
- SCHRAIBER, L. B.; D'OLIVEIRA, A. F. P. L.; COUTO, M. T.; HANADA, H.; KISS, L. B. DURAND, J. G.; PUCCIA, M. I.; ANDRADE, M. C.. *Violência contra mulheres entre usuárias de serviços públicos de saúde da Grande São Paulo*. Revista de Saúde Pública, v. 41, n.3, p. 359-367, 2007a.
- SCOTT, J. W. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Revista Educação e Realidade, v. 16, n. 2, p. 5-22, 1990.

TEIXEIRA, M. B. M.; LOPES, F. T. & GOMES JUNIOR, A. B. *Gênero e Feminismos: conceitos e perspectivas*. Caderno Espaço Feminino | Uberlândia, MG | v.32 | n.1 | seer.ufu.br/index.php/neguem | jan./jun. 2019 | ISSN 1981-3082.

VALLERAND, R.J.; LOSIER, G.F. *An Integrative Analysis of Intrinsic and Extrinsic Motivation in Sport*. Journal of Applied Sport Psychology, v.11, n. 1, p. 142-169, 1999.

WALLIS, A. *Power and empowerment: Fostering effective collaboration in meeting the needs of orphans and vulnerable children*. Global Public Health v.5, n.5, p. 509-522, 2010.

WEHMEYER, M. L. *Self-determination and the education of students with mental retardation*. Education and Training in Mental Retardation and Developmental Disabilities, v. 27, n. 1, p. 302-314, 1992.

WHITE, W. R. *Motivation reconsidered: The concept of competence*. In: MUSSEM, P. H.; CONGER, J. J.; KAGAN, J. (Org.). *Basic and contemporary issues in developmental psychology*. New York: Harper & Row, 1975, p.230-266..

WHO. *Understanding and Addressing violence against women: overview*. World Health Organization and Pan American Health Organization. WHO/RHR: Geneva, 2012.

WIEVIORKA, M. *Violência hoje*. Ciência e Saúde Coletiva, v. 11, n. 1, p.1147-1153, 2006.

WILLIAMS, G. C. et al. *Testing a self-determination theory process model for promoting glycemic control through diabetes self-management*. Health Psychology, v. 23, n. 1, p. 58-66, 2004.

ZIMMERMAN, M. A., et al. *Further explorations in empowerment theory: An empirical analysis of psychological empowerment*. American Journal of Community Psychology, v. 20, n.1, p.707-727,1992.

Recebido em junho de 2020.
Aprovado em julho de 2020.